

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 18-12-2017.

---

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoní Medina, Fernanda Melchionna, José Freitas, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Ricardo Gomes, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Em Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 025/17 (Processo nº 3051/17), por vinte e cinco votos SIM e seis ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ricardo Gomes, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Em Votação, foi aprovado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando renovação de votação para a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 025/17 (Processo nº 3051/17), após ser encaminhado à votação por Cláudio Janta, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna e Cassio Trogildo. Foram aprovados os seguintes Requerimentos solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no mês de dezembro do corrente: de autoria de Idenir Cecchim, nos dias dezoito e dezenove; e de autoria de Cláudio Janta, no dia quatorze. Às dezessete horas e quatorze minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Valter Nagelstein e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h45min):** Havendo quórum, passamos à

## ORDEM DO DIA

### VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 3051/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 025/17**, que autoriza a permissão de uso do Complexo do Porto Seco às entidades representativas das agremiações carnavalescas participantes do Carnaval de Porto Alegre, bem como autoriza o Poder Executivo a conceder a exploração do Complexo Cultural do Porto Seco para fins de implantação das estruturas permanentes do Carnaval.

#### **Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Paulo Brum: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

#### **Observações:**

- com Emendas nºs 01, 02, 03, 04;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, VII, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 11-12-17;
- Emenda nº 01 APROVADA;
- Emendas nºs 02, 03 e 04 REJEITADAS;
- encaminharam os Vereadores Sofia Cavedon, João Bosco Vaz, Fernanda Melchionna, Cassio Trogildo, Dr. Thiago, Moisés Maluco do Bem, Roberto Robaina, Idenir Cecchim, Cláudio Janta e Airto Ferronato em 13-12-17;
- adiada a votação por uma Sessão em 13-12-17.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 025/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 06 **ABSTENÇÕES**.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, que requer renovação de votação da Emenda nº 03 ao PLE nº 025/17. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Vereadores, municipais e carnavalescos que aqui também se encontram nesta Casa no dia de hoje, esta emenda de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, na verdade, está lá no meio do projeto; não se trata desses dois anos que o Porto Seco vai ficar sob a administração das entidades de carnaval de Porto Alegre, ela trata do futuro, quando o Governo vai buscar fazer uma parceria público-privada na região do Porto Seco. Essa emenda da Ver.<sup>a</sup> Fernanda, que é

assinada por outros Vereadores desta Casa, que é uma emenda de interesse da comunidade carnavalesca, de interesse das escolas de samba, permite que os galpões continuem sendo utilizados pelas escolas de samba, principalmente no período do carnaval, principalmente na hora de montarem os carros alegóricos, as alegorias, principalmente no momento em que as escolas de samba mais necessitam.

O art. 2º, se não me falha a memória, do projeto que eu não tenho aqui em mãos, diz que essa parte dos galpões das escolas de samba poderá entrar na parceria público-privada, então se corrige essa parte do projeto. A gente pede para fazer uma renovação de votação, que foi muito curta. Nós ganhamos a votação com 16 votos, mas precisávamos de mais, então estamos pedindo para renovar, sensibilizando os Vereadores desta Casa, para que as escolas de samba possam utilizar – já que vão ter que desfilar no Porto Seco – aqueles galpões. Se isso não acontecer, não tem por que desfilar no Porto Seco. As escolas vão ter que ter outros galpões, porque provavelmente a empresa que ganhar irá cobrar o aluguel, que não será barato. A gente vê eventos que utilizam galpões, como Tarumã, Velopark e uma série de outros eventos, que acontecem não somente em Porto Alegre, mas no Brasil, e a gente sabe que, quando isso ocorre, se torna inviável, ainda mais numa festa popular, como é o caso do nosso carnaval. Então, se não vão poder utilizar os galpões, provavelmente, as escolas, no futuro, irão optar por voltar a desfilar aqui no Centro da Cidade, que eu acho que seria o melhor, mas, já que existe o Complexo Cultural do Porto Seco, lá as escolas estão desfilando. Nós esperamos que, depois de concluído aquilo, todos os desfiles da cidade de Porto Alegre ocorram lá, possibilitando que aquele complexo seja realmente um complexo de cultura da cidade de Porto Alegre. Agora, as nossas escolas de samba, que vêm das comunidades mais humildes da nossa Cidade não pode ficar à mercê de quem vai explorar, administrar o complexo no todo e as escolas ficarem à mercê de outros e terem que arrumar recursos para desfilar, alugar os galpões e montarem os seus carros alegóricos e toda a estrutura necessária para fazer esse belo espetáculo do povo, das comunidades de Porto Alegre.

Então fazemos um apelo aos nobres Pares para renovar essa votação e permitir que as escolas de samba continuem utilizando os galpões do Porto Seco. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Colegas, um pouquinho de paciência, está rodando, neste momento, as assinaturas. Nós estamos fazendo aprovação em comissões conjuntas da alternativa que, lamentavelmente, a única que o Prefeito apresentou para o décimo terceiro. E estamos tentando construir uma emenda para que ninguém fique sem o benefício, que não tenham nenhum prejuízo. Em especial, quem tem alguma

dificuldade financeira, exatamente pelo parcelamento, porque não teve reposição da inflação e por toda a instabilidade deste ano.

No tema do carnaval, a nossa bancada se absteve, na sua maioria, porque ficamos também divididos. Para nós também é difícil autorizar, fazer concessão de área pública. Aquela é uma área muito preciosa, nós sonhamos que lá tivesse atividade o ano inteiro. As nossas escolas da Zona Norte sabem muito bem, a Porto Novo, Ildo Meneghetti, Décio Martins Costa o que são as novas comunidades que foram levadas para o Sarandi, para o Santo Agostinho, lá para o Porto Seco e que estão sem alternativa de cultura, de trabalho e a violência cresce no entorno do Complexo Cultural Porto Seco. Então nós fizemos inclusive uma emenda que não foi aprovada na votação do projeto, onde nós reservávamos empregos para os moradores da Zona Norte. Empregos na construção das arquibancadas, na recepção, na bilhetagem, na comunicação, seja no que fosse. E reservava também algumas bancas para venda de produtos, para venda do refrigerante, do cachorro-quente, da pipoca, enfim, para os moradores da zona Norte. E essa era a intenção da nossa Bancada, que os moradores tivessem benefício, não fosse um carnaval apenas de uma vez por ano, uma atividade bonita, forte e depois o abandono. E aqui, as escolas de samba, também as federações também têm essa vontade, só que não tiveram nunca, em todos esses anos, o apoio continuado e a busca de parcerias, o que fosse. Portanto, esse é o sentido da abstenção, não houve acolhimento da emenda, não houve, Ver.<sup>a</sup> Fernanda – e agora estamos renovando –, não houve 19 votos para a gente garantir – Comandante Nádia que não estava entendendo por que a abstenção – para garantir claramente que as escolas vão utilizar os seus barracões. Porque nós sabemos que numa relação com quem paga a conta, como fica desigual, quando o povo carnavalesco que é um povo pobre, um povo da periferia, um povo da cultura popular, que é tão desprestigiada, ele vai ter que lutar com o poder econômico, que vai receber aquela concessão, e aí para garantir o seu interesse, a acessibilidade, para garantir os ingressos para as suas comunidades, para não ser um alto preço e não entrar só quem vai lá, quem pode pagar.

Então, a nossa preocupação é que em qualquer PPP ou se amarra na lei, ou depois a relação é profundamente desigual. Por isso que nós, por não poder votar a renovação antes, para garantir os 19 votos, nós nos abstivemos. Também pela preocupação que, lamentavelmente, nós já assistimos aqui no Cais do Porto. O Governo, para licenciar o Cais do Porto, está autorizando tudo para as empresas concessionárias, que já perdeu todos os prazos, que não cuidou dos galpões do Cais do Porto, que estão com telhado quebrado, com vidros quebrados, estão depredados, concederam que a empresa não vai fazer o rebaixamento da João Goulart. Portanto, vai ficar um bonito – em tese – bonito e moderno, porque eu não acho moderno botar shopping ao lado do rio, acho um absurdo, um atraso, porque o moderno é recuperar o verde, oferecer a Orla para a população. Está equivocado o projeto. E nós, depois da concessão do Cais, não conseguimos amarrar mais nada! Nada! O Governo não exigiu nada! O Governo, no licenciamento não garantiu a vontade da população expressa nas audiências públicas. Por isso, como nós não amarramos a vontade da população, que realmente, aquele espaço público sirva à população mais pobre e à cultura popular, o

ano inteiro, e a Zona Norte, que está lá – são todas as regiões beneficiadas –, mas em especial aquela região que recebeu o espaço. Então, como não amarramos tudo isso, por isso votamos na abstenção. E queremos aqui encaminhar pela renovação da votação para que, pelo menos, as escolas de samba tenham o seu espaço garantido, porque daqui a pouco vão ter que estar pedindo por favor para quem recebeu a concessão. Isso é inaceitável. Então, nós queremos garantir que o carnaval seja respeitado de verdade.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos e a todas. Eu, obviamente, encaminho favoravelmente á renovação de votação proposta pelo Ver. Cláudio Janta. E queria fazer algumas considerações nesse tempo que nos resta. Em primeiro lugar que eu acho lamentável que nós estejamos no dia 18 de dezembro e não tenha nenhuma garantia da realização e do apoio público ao carnaval de Porto Alegre. Eu sei que as reuniões começaram antes de abril, sei que as entidades, as escolas, a liga, Vereadores como o Bosco e outros envolvidos com relação à execução do carnaval de Porto Alegre, começaram no início do ano a fazer esse debate com o Governo e lamentavelmente esse projeto chegou só em dezembro para ser votado. Nós apresentamos duas emendas ao projeto, a primeira delas, que o Ver. Cláudio Janta pediu renovação, garantia que os barracões sigam sendo utilizados pelas agremiações, pelas escolas, pelas agremiações do carnaval de Porto Alegre, porquê? Porque, embora estivesse na exposição de motivos, embora estivesse na minuta escrita com as escolas no projeto de lei enviado à Câmara de Vereadores, não veio esse artigo resguardando esse direito, e nós acreditávamos que obviamente uma garantia como essa precisa estar no corpo da lei. Nós propusemos votar renovação de votação antes e, pelo regimento da Câmara, isso não é possível, mas nós não tivemos os votos necessários, Ver. Dr. Goulart, para aprovar a emenda naquele momento. Embora o líder do Governo estivesse conversando comigo, sinalizando positivamente, abriu o painel e o Governo orientou contrário à emenda redigida por nós. Como acreditar se as palavras que são faladas aqui, e muitas vezes no microfone, não são cumpridas? Como dar um cheque em branco para o Governo numa situação extremamente grave de desrespeito com o carnaval da nossa Cidade? Até porque sei que essa emenda é central para as escolas, embora de maneira muito modesta, nós tenhamos feito para corrigir algo que não estava na redação. Mais do que isso, eu quero alertar vocês que o art. 2º do projeto diz que, depois de vinte e quatro meses, prorrogável por só vinte e quatro meses, que a concessão será feita para as escolas, fato que nós temos, obviamente, acordo para que o Porto Seco fique sob gestão das escolas de samba, como nós defendemos que o Mercado Público, com os Conselhos Populares e os permissionários possam fazer a gestão, mas, no art. 2º, cria as condições para que o Governo faça uma PPP por ele e que o Poder Executivo é

autorizado a fazer uma Parceria Público-Privada. E mais, no Art. 4º, diz que quem vai fiscalizar essa Parceria Público-Privada, comandada pelo Governo, vão ser a Secretaria Municipal da Cultura, Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas e Procuradoria-Geral do Município. Eu tenho um enorme respeito pelos servidores da PGM, da Secretaria de Cultura e da Parcerias Estratégicas, mas nós sabemos que, quando o Governo quer fazer algo que fere os interesses da maioria da Cidade, a responsabilidade da fiscalização não fica nas mãos dos servidores públicos, fica nos Cargos em Comissão, fica nas indicações políticas para fortalecer determinado projeto do Governo. Eu acho que nós estamos numa situação extremamente temerária, porque por um lado a emenda aprovada no orçamento, que teve o nosso voto favorável, acomodada pelo Bosco, e organizada pelas entidades populares, as duas, deu um resguardo do ponto de vista financeiro, não existe nenhum compromisso do Governo de executar esses recursos. Nós assistimos, em 2017, a uma coisa inédita, no Município de Porto Alegre, nos 45 minutos do segundo tempo, o Governo disse que não entraria com nenhum centavo público, passou para a Liga aquilo que os Governos sempre fizeram, do PPCI, da infraestrutura, porque obviamente a Lei Dilamar Machado garante que o Município tenha que arcar com os compromissos do carnaval. Por outro lado, fez com que a Série Bronze não tivesse conseguido desfilar e, por outro lado, o sábado tenha tido resistência das escolas de samba de Porto Alegre. Então, nós já tínhamos antecipado para alguns integrantes de escola – para o Juarez, para o Érico, para outros defensores do carnaval de Porto Alegre – a convicção de que é necessário renovar a votação, de que é necessário aprovar que os barracões sob controle público no que diz respeito ao Porto Seco, mas mais do que isso, é necessária a mobilização para que o carnaval seja entendido como responsabilidade pública, que as emendas sejam executadas e que nós não permitamos que o Governo faça o que tem feito em todas as esferas: tire os movimentos populares, tire o movimento do carnaval, tire a responsabilidade pública, como, lamentavelmente, permite o art. 2º, e privatize um espaço importante da cidade de Porto Alegre, que tem que servir para a gestão das escolas de samba, que tem que servir para financiar o carnaval da Cidade, que tem que servir para os interesses públicos, e não para uma lógica privatista, como é a lógica do Marchezan.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta.

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Boa tarde, Ver. Valter Nagelstein, nosso Vice-Presidente e Presidente eleito para o ano que vem; essa questão da cedência do Porto Seco, Ver. João Bosco Vaz, o senhor que acompanha muito esse assunto, quando o pessoal da Liga das Entidades Carnavalescas falou comigo a primeira vez, eu disse: “Vocês têm certeza que querem assumir o Complexo Cultural do Porto Seco?”. “Nós queremos assumir, porque é uma das alternativas de se estabelecer uma parceria, para

que se possa viabilizar o espetáculo lá no Porto Seco”. Muitas reuniões foram feitas. Eu quero dizer que não participei de nenhuma que não tenha sido na Câmara, e de nenhuma que não tenha sido ali, na presidência, ou aqui, no Salão Adel Carvalho, com os demais Líderes. Na semana passada, nós iniciamos a votação desse projeto. Votamos algumas emendas e, na segunda-feira, votamos a Emenda nº 01, que foi uma grande construção coletiva, não o ideal, mas o possível para este momento: para o carnaval do ano que vem, a Prefeitura continua responsável pelos serviços necessários lá no Complexo Cultural do Porto Seco. O projeto que ora aprovamos – o projeto já está aprovado, vai virar lei –, ele autoriza que a Prefeitura ceda diretamente para as escolas, durante 24 meses, prorrogáveis por mais 24. Logicamente que, nesse período, nós não temos dúvida nenhuma sobre a utilização dos barracões, pois quem vai ter a permissão são as próprias entidades carnavalescas. Se elas, no termo que vão fazer com o parceiro que conseguirem estabelecer, Ver. Luciano, quiserem ceder inclusive os barracões, poderão fazê-lo, porque terão a outorga do conjunto do Porto Seco – barracões mais o espaço da pista. Realmente fica uma questão em aberto para o edital das PPPs, porque no edital não estava previsto dessa fora. Tenho certeza e convicção de que o espaço que é construído para o carnaval, se não tiver escola de samba e barracão, não tem carnaval! É quase uma obviedade. Então, foi encaminhada essa emenda e ela foi rejeitada na semana passada, porque não tinha acordo construído com o Governo. Nós fizemos um grande esforço, o Ver. Bosco e muitos Vereadores ajudaram, em especial o Líder e o Vice-Líder do Governo, com o Secretário da Cultura, com o Prefeito e o Vice-Prefeito, demonstrando que não há por que não aceitar a emenda. Fico triste, Ver. Felipe Camozzato, que na votação do projeto - que é o que garante tudo -, houve abstenção, inclusive da autora da emenda. Só para entender se o projeto não fosse aprovado, não tem renovação da emenda! E por isso não teve acordo na Sessão passada para votar a emenda, porque essa é uma prática recorrente: vai lá, coloca uma vírgula, diz que está ajudando a construir, e depois vota contra o mérito. Então, tem que ficar bem claro aqui. O Governo autorizou o Líder e o Vice-Líder a darem acordo para renovar a votação, mesmo sendo uma emenda da oposição, da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna. Mas a Vereadora e a sua Bancada se absteve na votação do projeto, e se não tivesse projeto, não tinha emenda que valesse, não tinha cedência do Complexo Cultural Porto Seco. Então, vamos dar acordo para renovação do Requerimento do Ver. Cláudio Janta, e depois vamos votar favoravelmente à emenda, quando ela for votada novamente. Muito obrigado. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Idenir Cecchim solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 18 a 19 de dezembro. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Cláudio Janta solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia 14 de dezembro. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h14min.)

\* \* \* \* \*